



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

MENSAGEM Nº 214/2016-GAG

Brasília, 15 de setembro de 2016

Excelentíssimo Senhor Vice-Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal,

Dirijo-me a Vossa Excelência e aos demais Deputados Distritais para submeter à apreciação dessa Casa o anexo projeto de lei que estima a receita e fixa a despesa do Distrito Federal para o exercício financeiro de 2017, conforme determinam os arts. 147 e 149 da Lei Orgânica do Distrito Federal.

A presente proposição é compatível com as metas e prioridades da Lei de Diretrizes Orçamentárias, com o Plano Plurianual e com a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). A mesma espelha as prioridades de governo, construídas com a contribuição da sociedade, em busca do desenvolvimento socioeconômico e humano sustentável para o Distrito Federal, não obstante as imensas dificuldades encontradas ao longo deste ano na construção de alternativas para alcançar o equilíbrio fiscal no menor espaço de tempo possível.

O projeto estima um orçamento total de **R\$ 28.763.838.706,00**, distribuído da seguinte forma: Orçamento Fiscal, **R\$ 17.839.930.093,00**; Orçamento da Seguridade Social, **R\$ 9.062.411.638,00**; e Orçamento de Investimentos, **R\$ 1.861.496.975,00**. Do montante do orçamento, **R\$ 22.154.813.051,00** são oriundos de Receitas Correntes, sendo **R\$ 15.887.716.546,00** provenientes de Receita Tributária, **R\$ 2.709.477.261,00** relativos às Receitas de Capital e transferências destinadas à formação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), na ordem de **R\$ 2.035.414.915,00**.

Das receitas anteriormente mencionadas, ressalto a importância da Receita Tributária, da qual fazem parte os impostos e taxas, aí incluído o resultado das multas, juros e dívida ativa dos tributos. Os recursos provenientes da arrecadação desta receita financiam a maior parte das programações constantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social.

Excelentíssimo Senhor
DEPUTADO JUAREZÃO

Vice-Presidente no exercício da Presidência da Câmara Legislativa

NESTA

Não obstante a previsão de arrecadação geral das receitas apresente uma redução em relação à Lei Orçamentária de 2016, observa-se, que a estimativa de arrecadação de tributos no projeto em anexo indica um acréscimo da ordem de **R\$ 882.022.443,00** em termos nominais. Em que pese o momento de conjuntura econômica desfavorável por que passa o País e o Distrito Federal, essa evolução é resultado do esforço fiscal do GDF no sentido de tornar mais efetivos os mecanismos de recuperação de receitas, por meio dos programas de renegociação das dívidas, do aumento da eficiência nos processos de fiscalização e da ampliação da base tributária nas áreas em que o Distrito Federal tenha possibilidade de atuação.

Diferentemente do ocorrido nos exercícios de 2015 e 2016, os recursos ora transferidos a título de repasses do Fundo Constitucional do Distrito Federal – FCDF para as áreas de Saúde e Educação não integrarão do Projeto de Lei Orçamentária do Distrito Federal para o exercício de 2017, tendo em vista os efeitos do Acórdão nº 2891/2015 proferido pelo Plenário do Tribunal de Contas da União. Esse dispositivo determina o restabelecimento da sistemática vigente até o exercício de 2014, qual seja: execução orçamentária e financeira dos recursos do FCDF diretamente no Sistema Integrado de Administração Financeira – SIAFI. Isso dificulta a comparação direta da execução orçamentária nos dois anos anteriores sendo necessários os ajustes com a execução da parcela do Fundo Constitucional relativo às duas áreas para que sejam feitas as análises de forma correta.

De toda forma, o Distrito Federal continuará sendo beneficiado com os recursos do FCDF, que em 2017 alcançarão o montante de **R\$ 13,2 bilhões** a serem destinados para as áreas de segurança, saúde e educação.

Um ponto que merece destaque na presente proposição consiste no fato de que o orçamento previsto para 2017 é inferior ao orçamento aprovado para 2016, não somente porque os recursos do FCDF não transitarão pelo Orçamento do GDF, mas também em função da redução na previsão de ingresso de receitas para o próximo exercício.

Embora o montante da receita tenha reduzido, o valor destinado ao pagamento de pessoal e encargos sociais apresentou crescimento significativo por conta de reajustes aprovados em lei e pelo crescimento vegetativo da folha de pagamento de pessoal. Essa nova realidade nos obrigou a adequar a proposta orçamentária de forma que os valores destinados a custeio e investimentos fossem comprimidos em relação a 2016.



Diante dessa conjuntura, a despesa foi fixada da seguinte forma: **R\$ 22.122.452.164,00** para as Despesas Correntes, com destaque para os **R\$ 14.677.724.095,00** destinados às Despesas de Pessoal e Encargos Sociais; **R\$ 238.650.439,00** para Juros e Encargos da Dívida e **R\$ 7.206.077.630,00** para as Outras Despesas Correntes, necessárias à manutenção e ao funcionamento da máquina pública e à ampliação dos benefícios sociais; **R\$ 3.366.633.332,00** para as Despesas de Capital, sendo **R\$ 2.516.391.252,00** para os Investimentos, **R\$ 599.258.379,00** para as Inversões Financeiras e **R\$ 250.983.701,00** para a Amortização da Dívida. Os valores de juros, encargos e amortização da dívida consideram os contratos firmados e as operações de crédito a contratar, com impacto em 2017. A Reserva de Contingência, por seu turno, está fixada em **R\$ 670.448.620,00** e a Reserva para o Regime Próprio da Previdência Social em **742.807.615,00**.

Chama a atenção o montante a ser empregado com o pagamento de pessoal e encargos sociais, que hoje já supera o limite prudencial fixado pela Lei de Responsabilidade Fiscal, impondo severas restrições à gestão pública distrital. Tal realidade impõe a urgência da adoção de medidas para promover o aumento da receita, bem como exige, dos gestores, capacidade para atuar na realização das despesas, tendo a austeridade como premissa básica. Como medidas adicionais de redução de despesas na área de pessoal destacamos a implantação de Planos de Demissão Voluntária para as empresas dependentes, implantação de novo sistema de gestão de recursos humanos com maior controle de concessões e negociação do pagamento por parte da União das compensações previdenciárias devidas, com estas medidas se estima uma economia de **R\$ 700 milhões**.

Com efeito, deve-se considerar o tamanho do déficit nas contas públicas que este Governo vem tentando superar desde o primeiro dia de 2015. Um déficit responsável por dificultar a execução das despesas obrigatórias e de custeio que não podem ser adiadas. Um déficit gerado pela expansão das despesas, em especial as despesas de pessoal, sem previsão orçamentária; pelo expressivo legado de despesas inscritas em Restos a Pagar, sem cobertura financeira; por dívidas de exercícios anteriores; e pela frustração de receita em função da queda no nível de atividade da economia brasileira.

O trabalho para equacionar esse déficit tem sido intenso, desafiador e ainda está longe de ter fim, mas começa a apresentar resultados visíveis. A melhoria da gestão orçamentária e financeira, traduzida na racionalização aplicada à

reprogramação orçamentária e à contenção de gastos, com o redesenho da administração pública e o corte de cargos comissionados, já produziu economia considerável, reduzindo a pressão das demandas por créditos orçamentários e consequentemente financeiros.

Ademais, consciente da escassez de recursos de origem tributária, o GDF também tem buscado outras fórmulas para suprir os investimentos necessários ao desenvolvimento local, como os contratos de financiamento, as parcerias com o setor privado, a formação de consórcios públicos e os convênios celebrados com o governo federal.

Tudo isso permite que a proposta orçamentária hoje apresentada seja capaz de oferecer cobertura a projetos que atendam às principais demandas da população brasiliense nas áreas social e de infraestrutura, que se revelam fundamentais para o incremento da qualidade de vida no DF.

Estão no rol das ações importantes, a construção de centros de atendimento e assistência social, a construção e reforma de unidades educacionais e de unidades de saúde, a construção da segunda etapa do Hospital da Criança, a urbanização dos Condomínios Pôr do Sol e Sol Nascente e da cidade de Vicente Pires, a viabilização de etapas para o fechamento do lixão, a implantação de corredores de transporte, a ligação Torto-Colorado, o trevo de acesso à região norte, a expansão das linhas do metrô, a expansão das infraestruturas de água e esgoto, a implantação de ciclovias, a implantação e manutenção do Setor Habitacional Jardins Mangueiral, reforma de espaços culturais.

Também merece ênfase a projeção de aporte expressivo de recursos em 2017 para iniciativas como: programas de assistência social; de proteção à criança, ao adolescente e ao jovem; de saneamento; de drenagem urbana; de conservação do patrimônio; e de proteção aos idosos e às pessoas com deficiência.

Destaco, ainda, o desafio e a oportunidade gerados pela aprovação de duas importantes medidas legislativas no campo da educação, todas com significativas repercussões no orçamento do DF: a Emenda Constitucional nº 59, de 2009, que prevê a oferta obrigatória de educação infantil dos 4 anos de idade em diante, a partir de 2016; a Emenda à Lei Orgânica nº 88, de 2015 e a Lei nº 5,499, de 14 de julho de 2015, que aprova o Plano Distrital de Educação (PDE), instrumento dotado de diretrizes, metas e estratégias voltadas a promover a qualidade da educação.

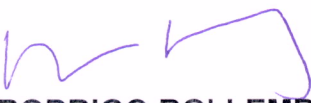


Entendo que a implementação dessas leis representa um desafio porque requer máxima criatividade e trabalho afinado de todos nós, agentes públicos, tendo em vista o volume de recursos por elas demandados e a situação atual das finanças distritais. A aplicação dessas leis também nos oferece a oportunidade ímpar de investirmos maciçamente em educação de qualidade para as crianças e os jovens brasilienses, assegurando desse modo o desenvolvimento continuado do DF, com qualidade de vida para a população nas próximas décadas.

Esclareço, por fim, que aprovação do orçamento na forma apresentado, aliada à adoção das medidas necessárias à preservação dos princípios da eficiência e economicidade da administração pública, permitem o funcionamento regular dos serviços prestados à população do Distrito Federal, mas não é capaz de resolver os déficits apresentados nos exercícios anteriores, principalmente em 2014, responsáveis pela grave situação financeira em que hoje nos encontramos e capazes de comprometer a execução orçamentária projetada, se não forem adotadas novas medidas voltadas ao equilíbrio sustentável das finanças do Distrito Federal.

Por essas razões, conclamo Vossa Excelência a buscar o apoio dos ilustres Deputados e das ilustres Deputadas Distritais à aprovação do projeto de lei orçamentária em anexo, e solicito urgência para a tramitação da matéria, rogando que a proposição seja devolvida para sanção ainda no corrente exercício, em razão do disposto no art. 65, § 2º, da Lei Orgânica do Distrito Federal.

Atenciosamente,



RODRIGO ROLLEMBERG
Governador do Distrito Federal